

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sanesalto Saneamento S.A.
Salto - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sanesalto Saneamento S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade normal dos negócios

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo, capital circulante líquido negativo e prejuízo no exercício nos montantes de R\$ 16.143 mil, R\$ 5.118 mil e R\$ 3.001 mil, respectivamente. A Administração da Companhia está empenhada no sentido de reverter a situação. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia menciona as bases de sua avaliação que demonstra o equilíbrio econômico e financeiro ao longo do contrato de concessão, que depende da concretização dos eventos futuros previstos. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios considerando o cumprimento de suas obrigações e realização de ativos ou a manutenção do suporte financeiro de seus acionistas e credores, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 8 e 10.2 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relação e transação relevante com sua acionista, representada substancialmente por adiantamento para futuro aumento de capital, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo. Até a presente data, as formalidades contratuais ainda não foram concluídas para que o recurso possa ser incorporado ao capital social. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

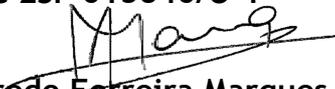
Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de março de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013846/O-1


Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 159954/O-3


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP-244496/O-5

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

| Ativo | | | | Passivo e patrimônio líquido | | | |
|----------------------------------|-------|---------------|---------------|----------------------------------------------------|-------|-----------------|-----------------|
| | Notas | 31/12/2015 | 31/12/2014 | | Notas | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Circulante | | 4.993 | 5.640 | Circulante | | 10.111 | 4.417 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1.155 | 2.797 | Debêntures | 6 | 8.690 | 3.538 |
| Contas a receber de consumidores | 4 | 2.413 | 2.575 | Fornecedores | | 258 | 497 |
| Demais contas a receber | | 1.425 | 268 | Obrigações fiscais | 7 | 584 | 165 |
| | | | | Obrigações sociais e trabalhistas | | 28 | 210 |
| | | | | Demais contas a pagar | | 551 | 7 |
| Não circulante | | 48.081 | 42.863 | Não circulante | | 59.106 | 57.228 |
| Demais contas a receber | | 61 | 79 | Debêntures | 6 | 57.048 | 57.112 |
| Imobilizado | | 67 | 75 | Contingências | 9 | 121 | 116 |
| Intangível | 5 | 47.953 | 42.709 | Partes Relacionadas | 8 | 1.937 | |
| | | | | Patrimônio líquido | 10 | (16.143) | (13.142) |
| | | | | Capital social | | 2.000 | 2.000 |
| | | | | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | | 12.574 | 12.574 |
| | | | | Prejuízos acumulados | | (30.717) | (27.716) |
| Total do ativo | | 53.074 | 48.503 | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 53.074 | 48.503 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | <u>Notas</u> | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|------------------------------------------------------------------|--------------|-----------------|----------------|
| Receita líquida nos serviços prestados | 11 | 23.948 | 18.298 |
| Custo dos serviços prestados | 12 | (13.300) | (8.560) |
| Lucro bruto | | <u>10.648</u> | <u>9.738</u> |
| Despesas/(receitas) operacionais | | (13.649) | (9.604) |
| Despesas gerais e administrativas | 13 | (3.464) | (3.748) |
| Outros resultados operacionais | 14 | 58 | 193 |
| Resultado financeiro | 15 | (10.243) | (6.049) |
| Lucro/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | | <u>(3.001)</u> | <u>134</u> |
| Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro | | | |
| Corrente | | - | 1.801 |
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício | | <u>(3.001)</u> | <u>1.935</u> |
| Lucro líquido/(prejuízo) por ação | | | |
| Lucro líquido/(prejuízo) básico por ação | | (1.5005) | 0.9675 |
| Lucro líquido/(prejuízo) diluído por ação | | (1.5005) | 0.9675 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|--------------------------------------------|----------------|--------------|
| FLucro líquido/(prejuízo) do exercício | (3.001) | 1.935 |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(3.001)</u> | <u>1.935</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

| | <u>Capital social</u> | <u>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total</u> |
|----------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 2.000 | 12.574 | (29.651) | (15.077) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 1.935 | 1.935 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 2.000 | 12.574 | (27.716) | (13.142) |
| Prejuízo do exercício | - | - | (3.001) | (3.001) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | <u>2.000</u> | <u>12.574</u> | <u>(30.717)</u> | <u>(16.143)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | 2015 | 2014 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício | (3.001) | 1.935 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido/(prejuízo) do exercício ao caixa proveniente das/(utilizado nas) atividades operacionais | | |
| Depreciação e amortização | 2.460 | 2.458 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos | | (1.822) |
| Benefício econômico de adesão aos parcelamentos federais | | (640) |
| Juros apropriados sobre debêntures | 10.120 | 6.361 |
| Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | 527 | |
| Provisão para contingências | 5 | |
| (Aumento)/redução nos ativos | | |
| Contas a receber de clientes | (365) | (461) |
| Demais contas a receber | (1.139) | (132) |
| Aumento/(redução) nos passivos | | |
| Fornecedores | (239) | 236 |
| Obrigações fiscais e parcelamentos | 419 | (715) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | (182) | 37 |
| Demais contas a pagar | 544 | 2 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 9.149 | 7.259 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Adições ao ativo imobilizado e intangível | (7.696) | (3.326) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (7.696) | (3.326) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Amortização de debêntures | (5.032) | (2.455) |
| Empréstimos partes relacionadas | 1.937 | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (3.095) | (2.455) |
| Aumento líquido/(decréscimo) do caixa e equivalentes de caixa | (1.642) | 1.478 |
| Caixa e equivalente de caixa | | |
| Início do exercício | 2.797 | 1.319 |
| Final do exercício | 1.155 | 2.797 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------------------------------------|-----------------|----------------|
| Receitas | 24.548 | 19.277 |
| Receitas de prestação de serviços | 25.075 | 19.277 |
| (-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | (527) | |
| Insumos adquiridos de terceiros | (11.408) | (6.035) |
| Custos, materiais, energia, serviços e outros | (11.408) | (6.035) |
| Valor adicionado bruto | 13.140 | 13.242 |
| Depreciação e amortização | (2.460) | (2.458) |
| Valor adicionado líquido produzido | 10.680 | 10.784 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 478 | |
| Receitas financeiras | 478 | |
| Valor adicionado total a distribuir | 11.158 | 10.784 |
| Distribuição do valor adicionado | 11.158 | 10.784 |
| Pessoal | 1.430 | 1.951 |
| Remuneração direta e benefícios | 1.430 | 1.951 |
| Impostos, taxas e contribuições | 1.596 | 979 |
| Impostos, taxas e contribuições | 1.596 | 979 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 8.133 | 7.854 |
| Juros | 10.722 | 6.361 |
| Aluguéis | 465 | 253 |
| Outras | (53) | (695) |
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício | (3.001) | 1.935 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto - SP. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP.

1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 05 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto - SP, compreende:

- a) A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E. T. E. Santa Isabel, situada na região do bairro Sete Quedas;
- b) Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
- c) Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

Em 30 de abril de 2011, foi realizado o 10º Termo de alteração do contrato de concessão, onde definiram-se:

- a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:

| Período de vigência | | | Tarifa por m ³ de esgoto tratado | Varição real da tarifa |
|---------------------|---|--------|---------------------------------------------|------------------------|
| jun/11 | a | mai/12 | 2,2500 | |
| jun/12 | a | mai/13 | 2,3288 | 3,50% |
| jun/13 | a | mai/14 | 2,3753 | 2,00% |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

Ressalta-se que de acordo com a cláusula contratual do referido termo, os valores das tarifas retro mencionadas serão atualizadas anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão. Desta forma as tarifas atualizadas e praticadas até 31 de dezembro de 2015 são:

| Período de vigência | | | Tarifa por m ³ de esgoto tratado | Variação Nominal tarifa |
|---------------------|---|--------|------------------------------------------------|----------------------------|
| jan/13 | a | dez/13 | 2,4446 | |
| jan/14 | a | set/14 | 2,6092 | 6,73% |
| out/14 | a | mai/15 | 2,8009 | 7,35% |
| jun/15 | a | jun/16 | 3,0097 | 7,45% |

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

- b) Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032;

1.3. Reversão de prejuízos acumulados

A Administração da Companhia está empenhada na reversão dos prejuízos acumulados, que foram formados por um custo histórico defasado de tarifas previstas no Contrato de Concessão, bem como pelo custo financeiro de emissão das debêntures e investimentos realizados.

Desde 2011, com a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão, este cenário de prejuízos acumulados vem sendo revertido.

Os acionistas também efetuaram aportes financeiros por meio de adiantamento para futuro aumento de capital com o objetivo de suprimento do caixa e manutenção do cumprimento de suas obrigações, permanecendo somente no aguardo da conversão em capital social com emissão de novas ações ao valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Fato este que aguarda a decisão em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e Assembleia Geral de Debenturistas (AGD).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

Em decorrência da defasagem tarifária no início do contrato e buscando a viabilidade financeira da Companhia, a Assembleia Geral de Debenturistas alterou as condições e características das debêntures, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, impactando em redução significativas dos juros financeiros sobre as debêntures.

A administração da Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.996/2014 e a Medida Provisória nº 651, de 09 de julho de 2014, referente os débitos com a receita federal. Esta decisão impactou em um benefício de R\$ 640.

Além disso, a Administração da Companhia, com base na avaliação do fluxo de caixa futuro da concessão, prevê aumento de receitas com base na atualização de tarifas, no mínimo de reposição inflacionária, e aumento de volume de tratamento, baseado em crescimento populacional e novas indústrias na região. Para completar o equilíbrio econômico financeiro, a Companhia dependerá do reequilíbrio contratual em decorrência do volume micro medido por economia e do investimento no pós tratamento da ETE.

As Informações anuais da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

1.4. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis em 24 de março de 2016.

2. Apresentação das demonstrações contábeis:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações contábeis anuais da Companhia.

2.4.1. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia se concentraram somente na prestação de serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP, consideradas uma única unidade geradora de caixa, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. Desta forma, o resultado da Companhia como um todo é o resultado do único segmento operacional e de controle da Administração.

2.4.2. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- **Receitas:** As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

- **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.4.3. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 16.
- **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

- **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- a) **Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros:** Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

2.4.4. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
- **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Intangível: Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

- **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações contábeis, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

2.4.5. Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

- **Imposto de renda e contribuição social:** Não há provisão contabilizada desses tributos, pois não foram apuradas bases de apuração de impostos que indicam necessidade de recolhimento de imposto de renda e contribuição social, em razão da Companhia operar com prejuízo até a presente data, bem como quanto a diferenças temporárias existentes entre as bases de cálculo fiscais e os registros contábeis societários. As estimativas de recuperação futura, que a Companhia tem direito sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social e sobre as diferenças temporárias, não foram realizadas, em decorrência da situação descrita anteriormente.
- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada que disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.6. Ajustes a valor presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita nos respectivos ativos e passivos, e se relevante, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

2.4.7. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.4.8. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

- a) **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros;
- b) **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

- c) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia;
- d) **Momento de reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro;

- e) **Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros:** A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

- f) **Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1), (IAS 11) (R) e CPC 30 (R1) (IAS 18) (R). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

- g) **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

2.4.9. Novas normas e interpretações ainda não afetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. LAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 16 - Leases (Arrendamento mercantil)

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IAS 12 - Income taxes - (alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 - Income taxes (CPC 32 - Tributos sobre o lucro). As alterações são correlacionadas ao "reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|-------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e saldos em conta corrente bancária | 814 | 299 |
| Outros investimentos (*) | 341 | 2.498 |
| | <u>1.155</u> | <u>2.797</u> |

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

4. Contas a receber

4.1. Composição

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Contas a receber | 2.977 | 2.575 |
| (-) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) | (564) | - |
| | <u>2.413</u> | <u>2.575</u> |

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos a mais de 180 dias.

5. Intangível

5.1. Composição

| | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 | | |
|------------------------------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Líquido | Custo | Amortização acumulada | Líquido |
| Intangíveis decorrentes de: | | | | | | |
| Contratos de concessão valor patrimonial | 60.016 | (18.323) | 41.693 | 53.070 | (8.865) | 44.205 |
| Obras em andamento | 7.691 | - | 7.691 | - | - | - |
| Licença de uso de software | 116 | (88) | 28 | 116 | (65) | 51 |
| Indenização efetiva (*) | (1.800) | 341 | (1.459) | (1.800) | 253 | (1.547) |
| | 66.023 | (18.070) | 47.953 | 51.386 | (8.677) | 42.709 |

(*) Em 2014, para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R\$ 1.800 que será amortizado até o prazo final da concessão.

5.2. Movimentação

| | 31/12/2015 | | | |
|-------------------------------|-------------------------------------------|--------------------|----------------------------|-----------------|
| | Contratos de concessão valor patrimonial* | Obras em andamento | Licença de uso de software | Total |
| Custo | | | | |
| Saldo inicial | 51.270 | - | 116 | 51.386 |
| Adições | - | 7.691 | - | 7.691 |
| Transferências ^{1*} | 6.946 | - | - | 6.946 |
| Saldo final | 58.216 | 7.691 | 116 | 66.023 |
| Amortização acumulada: | | | | |
| Saldo inicial | (8.612) | - | (65) | (8.677) |
| Adições | (2.424) | - | (23) | (2.447) |
| Transferências ^{1*} | (6.946) | - | - | (6.946) |
| Saldo final | (17.982) | - | (88) | (18.070) |
| Resumo | | | | |
| Saldo inicial | 42.658 | - | 51 | 42.709 |
| Adições | (2.424) | 7.691 | (23) | 5.244 |
| | 40.234 | 7.691 | 28 | 47.953 |

(*) Foi efetuado em 2015, um levantamento geral dos saldos dos ativos intangíveis por uma empresa especializada. Como resultado desse trabalho, foi reconhecida a totalidade de 6.946 de ativos intangíveis, sem impacto contábil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

5.3. Serviços de construção

| | <u>31/12/2015</u> | <u>30/12/2014</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de construção | 7.691 | 3.121 |
| Custo de construção | <u>(7.691)</u> | <u>(3.121)</u> |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

5.4. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 05 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Neste contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira “Autorização de serviços”, a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

5.5. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A taxa média de amortização anual é de 4,18%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

6. Debêntures

6.1. Composição

| | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | |
|------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Debêntures | 8.690 | 57.048 | 3.538 | 57.112 |
| | 8.690 | 57.048 | 3.538 | 57.112 |

6.2. Primeira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a primeira emissão de debêntures, privadas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série. Até 31 de dezembro de 2015 as debêntures não foram emitidas.

6.3. Segunda emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2004, foi deliberada e aprovada a segunda emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão é de 36 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 36.000. A emissão das debêntures públicas foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 29 de setembro de 2004, com vencimentos anuais em 1 de junho.

A remuneração pactuada para as debêntures é de 11,5% a.a. acrescida da variação ocorrida no período de 12 meses anterior no IGPM, com vencimento todo dia 01 de cada mês.

6.4. Alteração nas condições e características das debêntures

Na Assembleia Geral de Debenturistas, em 26 de junho de 2014, foram aprovadas as alterações nas condições e características das debêntures, dando origem ao 3º Aditamento à escritura da 2ª emissão das debêntures. As alterações provenientes destas determinações estão abaixo resumidas:

- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP - M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, a partir de 1º de julho de 2014;

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

- A partir de 26 de junho de 2014 a remuneração será de 6,25% a.a.;
- Alongamento do prazo da dívida para 120 parcelas mensais sucessivas, onde o primeiro vencimento será 26 de junho de 2015 e o último vencimento será dia 26 de maio de 2025;
- Pagamento de PMT após 26 de setembro de 2015.

6.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|---------------|----------------------|----------------------|
| Vencimento em | | |
| 2016 | | 6.065 |
| 2017 | 8.690 | 6.065 |
| 2018 | 8.690 | 6.065 |
| 2019 | 8.690 | 6.065 |
| 2020 | 8.690 | 6.065 |
| Após 2020 | 22.288 | 26.787 |
| | <u>57.048</u> | <u>57.112</u> |

6.6. Condições Restritivas Financeiras - “Covenants”

A escritura das debêntures públicas está sujeita a cláusulas restritivas, a Administração acompanha tempestivamente estas condições, como forma de monitoramento e remediação com os debenturistas, quando necessário, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas.

7. Impostos e contribuições

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| PIS a recolher | 100 | 18 |
| COFINS a recolher | 460 | 81 |
| Outros impostos | 24 | 66 |
| | <u>584</u> | <u>165</u> |

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

8. Partes Relacionadas

8.1. Composição geral

| | Ativo | | Passivo | |
|-----------------------------------------------|------------|------------|--------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Conasa - Companhia Nacional de Saneamento S/A | - | - | 1.937 | - |
| Outras partes relacionadas | 61 | - | - | - |
| | <u>61</u> | <u>-</u> | <u>1.937</u> | <u>-</u> |

Os saldos passivos referem-se a contrato de adiantamento para a realização de obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto.

Os saldos ativos referem-se a empréstimo financeiro cedido.

O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas empresas.

8.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício anual findo em 31 de dezembro 2015, totalizaram R\$ 63 (em 2014 totalizaram R\$ 378).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

9. Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

9.1. Composição por probabilidade de perda

| Probabilidade de Perda | Cível | |
|------------------------|------------|------------|
| | 2015 | 2014 |
| Provável | 121 | 116 |
| Possível | - | - |
| Total | 121 | 116 |

A provisão de contingência no montante de R\$ 121, referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O Capital social é de R\$ 2.000, totalmente subscrito e integralizado, reapresentado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

| | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | |
|------------------------------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Número de ações | % | Número de ações | % |
| Globalbank Participações e Investimentos S.A. | 1.000.903 | 50,05% | 1.962.479 | 98% |
| CONASA - Companhia Nacional de Saneamentos S/A | 961.576 | 48,08% | | |
| Roberto Mélega Burin | 37.500 | 1,88% | 37.500 | 2% |
| Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos | 10 | 0,00% | 10 | 0% |
| Ricardo Kassardjian | 10 | 0,00% | 10 | 0% |
| João Mauro Boschiero | 1 | 0,00% | 1 | 0% |
| | 2.000.000 | 100% | 2.000.000 | 100% |

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Em 30 de outubro de 2015 a acionista GPI Participações e Investimentos S.A., por força do 1º aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado originalmente em 30 de maio de 2012, cedeu e transferiu à CONASA - Companhia Nacional de Saneamento S.A. os direitos relativos à 961.576 ações, equivalentes à 48,08% do total votante da Companhia.

10.2. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A Companhia mantém no patrimônio líquido o seguinte saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) com partes relacionadas:

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|-----------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Globalbank Participações e Investimentos S.A. | 12.574 | 12.574 |
| | <u>12.574</u> | <u>12.574</u> |

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão apresentados no patrimônio líquido, sem a possibilidade de sua devolução e dependendo de autorização dos debenturistas para o aumento de capital. O AFAC foi cedido pela GPI através do contrato de compra e venda de ações e seu primeiro aditivo em sua totalidade à CONASA.

11. Receita operacional líquida

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita bruta de serviços | 17.384 | 16.165 |
| Receitas de construção | 7.691 | 3.294 |
| Devoluções | - | (182) |
| Impostos | (1.126) | (979) |
| | <u>23.948</u> | <u>18.298</u> |

12. Custos sobre receita de serviços

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Materiais para insumos | (109) | (467) |
| Custos com pessoal | (635) | - |
| Serviços prestados por terceiros | (1.115) | (977) |
| Serviços de saneamento | (100) | (340) |
| Licença de uso de sistemas | - | (252) |
| Energia elétrica | (1.203) | (677) |
| Amortização | (2.447) | (2.440) |
| Serviços de limpeza | - | (113) |
| Custo de construção | (7.691) | (3.294) |
| | <u>(13.300)</u> | <u>(8.560)</u> |

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

13. Despesas gerais e administrativas

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Pessoal | (1.070) | (1.951) |
| PECLD | (527) | |
| Aluguéis e locação | (353) | (253) |
| Serviços prestados por terceiros | (1.074) | (699) |
| Depreciação | (14) | (17) |
| Outras receitas | (426) | (828) |
| | <u>(3.464)</u> | <u>(3.748)</u> |

14. Outros resultados operacionais

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Outras despesas/receitas | 58 | (247) |
| Patrocínio | - | (266) |
| Consultoria de renegociação de dívida | - | (455) |
| Propaganda e publicidade | - | (376) |
| Recuperação de custos e despesas | - | 1.537 |
| | <u>58</u> | <u>193</u> |

15. Resultado financeiro

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
|------------------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Juros de aplicações financeiras | 360 | 125 |
| Benefício econômico sobre REFIS (a) | - | 665 |
| Tarifas de cobrança | (499) | |
| Juros tributários | (79) | (269) |
| Juros e demais encargos sobre debêntures | (10.120) | (6.361) |
| Outras receitas (despesas) financeiras | 95 | (209) |
| | <u>(10.243)</u> | <u>(6.049)</u> |

16. Instrumentos financeiros

16.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

16.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

| | Categoria | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | |
|-------------------------------|---------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| Ativo financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio do resultado (*) | 1.155 | 1.155 | 2.797 | 2.797 |
| Contas a receber | Empréstimos e recebíveis | 2.413 | 2.413 | 2.575 | 2.575 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 258 | 258 | 497 | 497 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | 1.937 | | | |
| Debêntures | Custo amortizado | 65.738 | 65.738 | 60.650 | 60.650 |

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

16.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

| | Risco | Saldo em risco | Saldo atual | Cenários | | |
|---------------------------|-----------------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|-----------------|
| | | | | Provável | Possível (25%) | Remoto (50%) |
| Ativo financeiro | | | | | | |
| Outros investimentos | Redução da taxa CDI | 1.995 | 224 | 45 | 34 | 23 |
| Passivo financeiro | | | | | | |
| Debêntures | Aumento na taxa IGP-M | (65.738) | (2.067) | (1.548) | (1.935) | (2.322) |
| | | <u>(63.743)</u> | <u>(1.843)</u> | <u>(1.503)</u> | <u>(1.901)</u> | <u>(2.300)</u> |

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

17. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-------------------------------------------|------------------------|----------------------|
| Lucro (prejuízo) do período | (3.001) | 1.935 |
| Média ponderada de ações em circulação | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Resultado por ações - básico - R\$ | <u>(1,5005)</u> | <u>0,9675</u> |

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de distorção das ações ordinárias da Companhia.

18. Seguros

A Companhia possui seguro de compreensivo empresarial para danos materiais e lucros cessantes, abaixo os valores em risco:

| | Valor em risco | |
|-------------------------------------------|-----------------|------------------|
| | Danos materiais | Lucros cessantes |
| Estação de tratamento de esgoto - Fazenda | 15.500 | |
| Estações de tratamento de esgoto | 4.650 | 12.000 |
| | 20.150 | 12.000 |

Demonstramos abaixo o limite máximo de indenização:

| Cobertura | Limite máximo de indenização |
|-------------------------------------------------------|------------------------------|
| Incêndio, raio e explosão | 15.900 |
| Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça | 500 |
| Danos elétricos | 2.400 |
| Roubo e/ou furto qualificado de bens | 30 |
| Roubo de valores | 30 |
| Responsabilidade civil operações | 1.000 |
| Alagamento/inundação | 100 |
| Lucros cessantes | 6.000 |
| | 25.960 |

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 31.670 (31 dezembro de 2014 - R\$ 28.674), que resultariam em um saldo de Imposto de renda e Contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 7.917 e R\$ 2.850, respectivamente (31 de dezembro de 2014 - R\$ 7.168 e R\$ 2.580, respectivamente, incluindo os efeitos de provisão para contingências.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

Entretanto, em virtude de não haver histórico de lucratividade nos últimos anos, a Companhia não efetuou o registro contábil dos mesmos em 2015.

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores.

20. Outros compromissos

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

A Empresa de Auditoria Independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social além da Auditoria Externa.